

DORA KRAMER

COISAS DA POLÍTICA

Senado perde moral de julgar

Foi bom e bonito enquanto durou, mas os senadores perderam, ontem, qualquer autoridade moral para prosseguir nas correções de conduta dos integrantes da Casa e enterraram, de uma vez por todas, o Conselho de Ética do Senado. Instância, a partir do arquivamento do processo contra o senador Luiz Otávio, relegada à mais absoluta inutilidade. Além de desmoralizada e com seus atos anteriores postos sob suspeição.

Luiz Otávio foi acusado de quebra de decoro parlamentar pelo desvio de US\$ 13 milhões do BNDES. O dinheiro foi emprestado a uma empresa da qual o senador era sócio para a construção de 13 balsas que não foram construídas. Ontem, ele foi absolvido por 11 votos a quatro, sob a alegação de que o ilícito aconteceu em 1992, antes de Luiz Otávio se eleger senador.

Perguntará o leitor perplexo: e qual a diferença entre ele e os senadores afastados, Luiz Estevão e Jader Barbalho, cujas acusações também antecediam aos mandatos?

O fato de ser réu confesso, pois o senador assinou documento avalizando a construção das balsas não existentes. Ou seja, no Senado só não vale mentir nem ter alguma importância política ou simbólica. O resto vale.

Mas o coveiro da moral de Suas Excelências e do Conselho de Ética, foi mesmo o seu presidente. Disse Juvêncio da Fonseca, pemedebista, como seu antecessor e hoje presidente do Senado, Ramez Tebet: "Já mandamos quatro senadores para casa sem qualquer base constitucional ou legal. A continuar assim, não vai sobrar ninguém."

De duas, uma: ou este senador é inimputável por ausência total de juízo – aqui entendido como faculdades mentais em perfeito estado – ou deveria ser, ele próprio, julgado a partir de agora por quebra de decoro parlamentar. Mas isso caso existisse ainda Conselho de Ética.

Consta no noticiário de hoje, mas é bom repetir o nome dos senadores que não compactuaram com a farsa e votaram pela procedência da investigação: Heloísa Helena, a relatora, Romeu Tuma, Jefferson Peres e Saturnino Braga. Outros audazes defensores da moral e dos bons costumes, quando os julgados eram personalidades cuja condenação rendia largo espaço na mídia, desta vez optaram pela operação abafa, acreditando talvez que a insignificância política do suspeito permitisse um recuo nos anos e a repetição do que se fazia nos velhos tempos: o acobertamento, puro e simples, de malfeitos sob qualquer alegação, e a sociedade que se virasse com sua indignação.

Nenhum deles sustentou a inocência de Luiz Otávio. Aliás, nem o próprio, pois quando confrontado pela indagação de inocência por uma jornalista, respondeu: "Ninguém é uma unanimidade." Os senadores preferiram alegar a distância do ocorrido, para sustentar a tese do arquivamento do processo. Ocorrido este, acontecido nove anos depois dos fatos que levaram Jader Barbalho à renúncia forçada.

Mas voltemos a Juvêncio da Fonseca – o presidente do finado Conselho de Ética – e suas sábias ponderações. Todas sob medida para tornar o Senado alvo do mais atroz achincalhe. Ao argumentar que os quatro senadores afastados – Luiz Estevão, José Roberto Arruda, Antonio Carlos Magalhães e Jader Barbalho – o foram ao arrepião da Constituição, conferiu inocência aos considerados culpados, deixou em má situação o antecessor que presidiu os processos e acusou o Senado de ter promovido linchamentos políticos.

Em seguida, argumentou mais: que não se pode continuar nesse ritmo de investigações, senão não sobrará ninguém. Com licença da vulgaridade da imagem, quase repetiu o refrão daquela música cuja conclusão é "não sobra um meu irmão".

Ou seja, o Senado está obrigado a tomar alguma – qualquer uma – providência, sob pena de corroborar a tese do presidente do Conselho de Ética, ontem vitimado por infecção generalizada, segundo a qual não há um só senador que resista a uma investigação.

E, se neste momento, aparecer alguém revivendo a defesa da extinção do Senado e a instituição de um sistema unicameral no Brasil, faltarão motivos para argumentar contra.